

Uma breve reflexão sobre epistemologias, teorias e métodos da prática social da resistência

A brief discussion on epistemologies, theories and methods of the social practice of resistance

Paula Fernandes Furbino BRETAS [1](#); Alexandre de Pádua CARRIERI [2](#)

Recibido: 16/12/16 • Aprobado: 22/01/2017

Conteúdo

- [1. Introdução](#)
 - [2. Sobre Epistemologias](#)
 - [3. Sobre teorias](#)
 - [4. Sobre métodos](#)
 - [5. Considerações Finais](#)
- [Referências Bibliográficas](#)

RESUMO:

Neste artigo, buscamos refletir sobre epistemologias, teorias e métodos da prática social da resistência. Fizemos breve discussão sobre epistemologia para pensar a produção de conhecimento na administração a partir das matrizes epistêmicas empírico-analítica, hermenêutica e crítica. Logo, revisamos estudos sobre resistência enquanto teoria explorando características, divergências e congruências advindas das diferentes abordagens sociológicas adotadas. Também defendemos novas formas de pensar sobre métodos, genealogicamente, considerando regimes de verdade e dispositivos que nos perpassam e abandono de amarras metodológicas. Por fim, defendemos postura reflexiva do pesquisador para ênfase à historicidade e à pluralidade dos fenômenos sociais, em busca de um saber descolonizado.

Palavras-chave: Resistência. Estudos Organizacionais. Produção de Conhecimento.

ABSTRACT:

In this article, we seek to reflect on epistemologies, theories and methods of the social practice of resistance. We made a brief discussion on epistemology to think about the production of knowledge in administration from the empirical-analytical, hermeneutic, and critical epistemic matrices. Therefore, we review studies about resistance as a theory exploring characteristics, divergences and congruences arising from the different sociological approaches adopted. We also defend new ways of thinking about methods, genealogically, considering regimes of truth and dispositives that permeate us and abandonment of methodological ties. Finally, we defend the reflective position of the researcher to emphasize the historicity and plurality of social phenomena, in search of decolonized knowledge

Keywords: Resistance. Organization Studies. Production of Knowledge.

1. Introdução

A intenção de refletir brevemente sobre epistemologias, teorias e métodos da prática social da resistência neste artigo foi resultado de um processo de acumuladas inquietações durante uma pesquisa sobre relações de poder nas organizações.

Inúmeras são as pesquisas nos estudos organizacionais e na administração que buscam compreender as resistências nas organizações sob diferentes perspectivas, como resistências a mudanças ou resistências por meio de movimentos sociais e organizações da sociedade civil organizada. Contudo, os pressupostos teóricos, epistemológicos e metodológicos desses estudos foram pouco problematizados no intuito de perceber a resistência enquanto prática social não somente nas organizações, mas também no âmbito social do fazer científico, sendo esta nossa proposta para este artigo.

2. Sobre Epistemologias

Iniciamos essa reflexão a partir da escolha do meu *objeto empírico* no mestrado: um grupo de discussões online de uma organização. E por fazer parte desta como empregada, construí algumas hipóteses para escrever o teórico e ir a campo. Uma delas era de que esse grupo era resistência na organização. Em encontros com colegas no corredor ou nas salas de aula da Universidade, sempre me deparava com pessoas que também pesquisariam resistência, mas com outros olhares, outros saberes. Assim, cada um pesquisava o tema resistência ao seu modo de entendê-la e buscava legitimação com seus pares acadêmicos. Foi então que se iniciaram os meus questionamentos: como entender as diferenças do que é resistência para cada um desses grupos de pesquisadores? Por quê é tão difícil a interação entre os diferentes grupos acadêmicos? Foi neste momento que uma palavra mágica capaz de unir e separar gregos e troianos começou a fazer sentido para mim: “epistemologia”.

Por que a epistemologia fez sentido? Porque ela se refere à forma de compreensão dos fenômenos e de produção de conhecimento que, por sua vez, estão ligados a formas de se enxergar o mundo, de se pensar a realidade, de se pensar a relação entre sujeito, objeto e ciência. Quando eu e meus colegas de tema nos “separamos”, isso não implicava somente uma divergência teórica, mas sim uma escolha epistemológica diferente que implicava uma prática social de possível resistência em relação aos estudos considerados mainstream, ou seja, aqueles que se concentram nos grandes feitos, heróis e gurus da administração e que a consideram como ciência que se baseia mais na evidência e falseabilidade das correlações e causalidades mensuráveis do que na análise histórica e ou interpretativa que pode advir de uma ciência social aplicada (Barros, Cruz, Xavier, Carrieri & Lima, 2011). O que é silenciado nessa história é que a separação dos colegas de tema no mestrado não ocorre sem confrontos, mesmo que sutis. Nos corredores da universidade, não são incomuns questionamentos de pesquisas que fogem à suposta objetividade e confrontam a manutenção do status quo do mainstream: “isto é ciência? Para que discutir os sexos dos anjos? Para que fazer folclore? Cadê a objetividade da pesquisa?”. Além de se preocupar com os “problemas” da sua pesquisa, é necessário defender-se daqueles que pensam que o que não é estudado para garantir o “melhor” para as organizações (quem/ o que são as organizações?) não deveria estar ancorado no campo científico da administração.

Inquietada com essas epistemologias e com as diferentes formas de ver o mundo e as organizações, observei que Paula (2015) fez várias críticas à proposta de Burrell e Morgan (1979), pois eles a fundamentaram a partir de uma abordagem kuhniana, seguindo premissas das ciências naturais para as ciências do espírito. Para Paula (2015), uma das razões dessa guerra advém da questão da incomensurabilidade dos paradigmas e da forma de construção do conhecimento defendida pelos autores. A autora argumenta que nas ciências sociais não se trata apenas de persuadir o outro para que ele reconheça que uma teoria posterior tome o lugar da teoria anterior, como ocorre nas ciências naturais com as “revoluções científicas”, pois a ideologia e a incompletude cognitiva não podem ser ignoradas.

Paula (2015) sugere, então, não pensarmos epistemologia em termos do quadrante de paradigmas rivais, mas do círculo de matrizes epistêmicas (empírico-analítica, hermenêutica e crítica), e nem adotarmos a construção do conhecimento em termos de “revoluções científicas” que erige um “vencedor”, mas de desenvolvimento do conhecimento a partir de interesses cognitivos (técnico, prático e emancipatório), o que ela denomina de tese das reconstruções epistêmicas. Assim, pensar o “eu” no mundo seria mais do que escolher uma caixinha.

Ao invés de paradigmas incomensuráveis, são adotados sistemas de produção de conhecimento. Tais sistemas, entre outras características, são compostos por visões de mundo metacientíficas, metodologias e teorias e possuem regras de organização e lógica próprias pelas quais tentam manter a consistência entre seus elementos no que se refere a questões epistêmicas. Contudo, ainda são lembradas as questões axiológicas (valores) e ideológicas que perpassam esses sistemas de produção de conhecimento, também denominados abordagens sociológicas (funcionalista, interpretativista, crítica, estruturalista, pós-estruturalista e realista crítica) e orientados pelas matrizes epistêmicas empírico-analítica, hermenêutica e crítica (Paula, 2015), ilustradas na Figura 1.

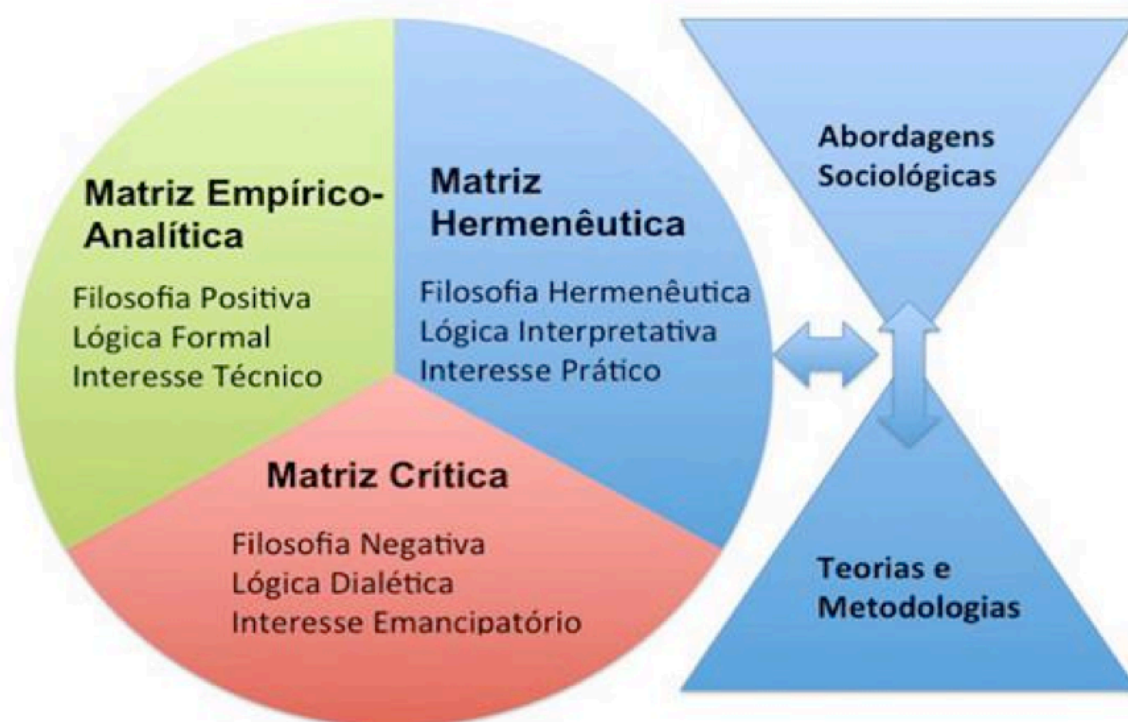


Figura 1: Círculo das Matrizes Epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias
Fonte: Paula (2015)

Tendo em vista a discussão sobre epistemologia esboçada, pretendo, inicialmente, traçar um desenho dos reflexos dessa guerra na abordagem da temática resistência nos estudos organizacionais para problematização à luz das críticas elaboradas por Paula (2015) em relação à construção do conhecimento.

3. Sobre teorias

Na abordagem funcionalista, que tem como referência a matriz empírico-analítica, a mais comum e dominante nos estudos organizacionais, caracterizada pela busca de objetividade, determinismo e controle social, a resistência estaria ligada ao contexto de mudanças organizacionais. Vários autores (Abbade & Noro, 2012; Freire *et al.* 2010; Jacobsen & Rodrigues, 2012; Marques *et Al.* 2014; Oliveira *et Al.*2009) entendem a resistência como um tabu a ser quebrado por pessoas que estão à frente em sua organização. Em uma busca no Spell, repositório de artigos científicos com acesso gratuito que vem sendo usado por pesquisadores brasileiros na administração, é possível perceber que essa abordagem tem sido desenvolvida no Brasil desde a década de 1980/1990 quando das defesas de incrementos da tecnologia e sistemas de informação nas organizações em prol da eficiência (Albertin & Brauer, 2012; Fernandes, Joia & Andrade, 2012; Fetzner & Freitas, 2012; Macêdo, Gaete & Joia, 2014;

Paiva & Andrade, 2013): Assim, as mudanças na forma de gestão, a atualização dessa gestão para o capital, eram prementes e precisavam ser estudadas para responder a questões do contexto, “como fazer com que as mudanças necessárias fossem aceitas?”. A resistência estaria associada à ideia de uma harmonização e consenso de interesses da alta administração por parte das pessoas que nela trabalham (Coelho, 2012).

Paula (2002), revisitando Tragtenberg, percebe a defesa dessa lógica do consenso desde a Escola de Relações Humanas, que procura dissimular a dominação por meio de discursos e práticas participativas, e a crítica por ocultar os conflitos políticos, a partilha de poder. Essa preocupação com as relações de poder, levando-se em consideração o conflito entre capital e trabalho e os processos de dominação existentes, fogem ao interesse cognitivo prático do funcionalismo. Portanto, essas lacunas na construção do conhecimento sobre resistência são desenvolvidas por outras abordagens sociológicas, orientadas por diferentes matrizes epistêmicas.

A partir da orientação da matriz crítica, a resistência nos estudos organizacionais também pode ser entendida como resultado da exploração advinda da relação capital-trabalho (Spicer & Böhm, 2007), tendo a busca pela emancipação (Souza, Souza & Silva, 2013) como um objetivo central. Böhm (2006a) argumenta sobre um processo social que ele denomina posicionamento-desposicionamento-reposicionamento em relação à teoria organizacional. Assim, o funcionalismo abarcaria o discurso de posicionamento da organização, aquele hegemônico que busca certa universalização de ideias no que tange ao conceito tradicional de organização e ao conhecimento sobre negócio que pode ser transformado em *commodity* para venda no mercado. O desposicionamento poderia ser marcado pelos processos de resistência e o reposicionamento seria a construção de algo novo em substituição ao que foi desposicionado. Para Böhm (2006b), há necessidade de se construir uma ordem social diferente, uma ordem que produza diferentes localidades, subjetividades e organizações e que afirmem a negação; que haja um projeto político que vise apontar a produção de novas subjetividades. Isto é, essa produção não se daria por uma organização social que segue os moldes capitalistas de gestão.

A perspectiva de Böhm (2006a) é condizente a uma gama de estudos que entendem a resistência como contra-hegemonia (Misoczky, Flores & Böhm, 2008; Benini & Benini, 2010; Misoczky *et al* 2012; Sena & Matos, 2012; Vieira, Darbilly & Barros, 2012; Barcellos & Dellagnelo, 2014). Böhm (2006c) se vale da análise de movimentos sociais anticapitalistas argumentando que devem ser vistos como um caso político, sendo capazes não só de alterar a organização social em nível local, mas em nível da universalidade, da hegemonia. Nessa direção, Misoczky, Flores e Böhm (2009) e Misoczky, Moraes e Flores (2009) estudaram movimentos sociais caracterizando-os em duas dimensões principais: como resistência ao modo de produção de capitalista no âmbito da prática e como resistência ao conceito de organização hegemônico no âmbito da teoria. Ambos os estudos se referiam à formação de contra-hegemonias.

Misoczky, Flores e Böhm (2009) salientam que não pretendem discutir se movimentos sociais são organizações ou não. Contudo, “considerando que os movimentos sociais desenvolvem processos, organizam, deliberam, produzem territórios das mais diversas formas e, até mesmo, constroem estruturas, não há como negar que se constituem em práticas de organização social” (Misoczky, Flores & Böhm, 2009, p. 184). Na defesa de se estudar essa contra-hegemonia, os autores buscam em Foucault um quadro de referência para conceituar a resistência. Esta não estaria dentro de uma lógica apenas opositiva. Seria a busca de afirmação de outra visão, a defesa de saberes, posições e realizações advindas dessa atividade mental. Em termos amplos, a resistência se refere à apropriação do conhecimento (Misoczky, Flores & Böhm, 2009).

Misoczky, Flores e Böhm (2009) retomam Gramsci na defesa de que a resistência como apropriação do conhecimento se dê também a partir dos ativistas que não estão na academia, mas nos espaços de contestação e resistência, nos movimentos sociais. Para eles, tanto esses ativistas quanto os acadêmicos geram conhecimento e são considerados os “intelectuais orgânicos” da atualidade (Misoczky, Flores & Böhm, 2009). Para Böhm (2006c, p. 151), a

sociedade civil e particularmente a análise da organização e da política desses novos movimentos sociais são de vital importância quando se pensa em uma repolitização e reposicionamento da teoria da organização.

Böhm (2006c) argumenta que a teoria pode ir além das contribuições tradicionais: eficácia de estratégias de resistência, avaliação de meios organizacionais e de objetivos políticos dos movimentos sociais. Outro papel primordial da teoria seria o questionamento dos conceitos e premissas bases das práticas realizadas nos movimentos, como política, evento político e organização social. Saliento que ainda existem outros trabalhos em que a resistência é estudada enquanto contra-hegemonia, mesmo que estes termos não estejam explícitos nas buscas de pesquisas, como os estudos sobre economia solidária (Pinheiro, 2016; Alves *et al.* 2016) e autogestão (Pinheiro & Paula, 2016; Benini & Benini, 2010).

Ao refletir sobre esse modo de se teorizar/fazer resistência, volto a uma das indagações que me fizeram no processo da pesquisa que citei no início deste ensaio. Perguntaram-me se eu me considerava uma intelectual orgânica. Naquele momento eu estava sendo consumida pela ideia de defesa do estudo em relação ao funcionalismo. Pensava em como fazer um trabalho crítico. Mas ainda não tinha me dado conta de que mesmo as resistências não são estáveis e uniformes, possíveis apenas enquanto contra-hegemonias. Hoje percebo que, assumindo uma postura da ontologia histórica de Foucault (Díaz, 2012) e acreditando na constituição do sujeito no discurso, consigo responder à pergunta: "Não me considero uma intelectual orgânica". Assim, entendi a diferença primordial entre os estudos da matriz crítica, que buscam a emancipação do sujeito, e os estudos pós-estruturalistas, que enfatizam a questão da constituição do sujeito, tentando "romper com a dicotomia existente na concepção de sujeito, na qual, em um polo, encontra-se um sujeito completamente autônomo (sujeito individual) e, no outro, um sujeito determinado pelo social (sujeito coletivo)" (Souza, Souza & Silva, 2013, P. 199).

Conceitualmente, Gramsci (1982) cunha a expressão "intelectuais orgânicos" para indicar pessoas comprometidas em elaborar e difundir a visão de mundo a ser universalizada, favorecidas pela posição de destaque que ocupam no mundo da produção. Para exemplificar a função do intelectual orgânico no campo político e social, e não apenas no econômico, Gramsci (1982, p. 3) argumenta que "o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito...". Assim, o empresário possui uma capacidade dirigente e técnica que vai além do sentido econômico, do modo de produção em si. Os empresários (ou uma parte deles) devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral com vistas a expandir a classe e, por isso, são vistos como intelectuais que permitem um caráter de homogeneidade e consciência da própria função. Da mesma forma que os empresários se destacaram como grupo social com consciência teórica de sua ação a partir de uma função essencial em dado momento histórico, outros grupos sociais também tiveram o mesmo papel, respeitando características próprias (Gramsci, 1982).

Nessa noção, o sujeito, individual ou coletivo, é tido como autônomo, capaz de algo homogeneizador e consciente, característica do humanismo que pregava a centralidade do sujeito como sendo origem e fonte do pensamento e da ação, sujeito racional, autônomo e autotransparente. De outro lado, o anti-humanismo de Foucault o percebia em termos relacionais, fugindo de todas as construções filosóficas sobre o sujeito até então conhecidas como o sujeito cartesiano-kantiano (eu racional e objetivo capaz de produzir conhecimento que fornece verdades universais sobre o mundo), o hegeliano (eu que possui autoconhecimento), o fenomenológico e o existencialista (que privilegia a consciência humana para a compreensão da ação e a considera autônoma, diretamente acessível) e o sujeito coletivo marxista (eu emancipador) (Peters, 2000). Para Foucault, antes das ciências humanas, a filosofia, a moral e as ciências empíricas não haviam abordado até então "o *homem*, como ser vivo que trabalha e fala; não mais 'ser racional', mas ser determinado a partir das coisas, a partir das positivities: a vida, o trabalho, a fala" (Díaz, 2012, p. 78).

Diante de tais considerações, percebi que estava distante ontológica e epistemologicamente de Spice e Böhm (2007). Logo, isso refletiria também na escolha tanto da teoria quanto do método. Eram inquietações que não seriam respondidas com base na matriz crítica que, ao tratar resistência como contra-hegemonia, a faz numa perspectiva macropolítica.

A terceira matriz epistêmica é a hermenêutica. "A lógica da hermenêutica passa pela compreensão de sentido, que abandona as relações causais para analisar as relações simbólicas." (Paula, 2015, p. 126). A temática resistência também foi estudada a partir dessa orientação por diversos autores nos estudos organizacionais (Grisci, Cigerza & Hofmeister, 2006; Morais & Paula, 2010; Nascimento *et al.* 2016; Saraiva & Irigaray, 2011; Silva & Saraiva, 2014). Nesses estudos, a resistência aparece de forma múltipla, com diferentes sentidos, podendo ser o foco da pesquisa ou ter sido percebida como elemento presente em certo processo social ao longo da pesquisa.

Grisci, Cigerza e Hofmeister (2006) analisaram a relação entre tempo, modos de resistência e consentimento em um contexto de reestruturação produtiva em um banco. Buscaram compreender como a passagem do tempo cronológico afetava a percepção dos fatos e uma consequente reconfiguração dos modos de resistência e consentimento. Portanto, a resistência era um dos focos do estudo. Também com foco central para resistência, Nascimento *et al.* (2016) buscaram compreender os "rolezinhos" nos espaços organizacionais, *shopping centers*, analisando como reflexos e refrações das práticas de resistência dos jovens *eram apresentados pelos* discursos da mídia.

Já Morais e Paula (2010) e Silva e Saraiva (2014) se depararam com a temática da resistência quando pesquisavam sobre a constituição da subjetividade. Ambas pesquisas perceberam que os indivíduos resistem na produção de sentidos. Nessa direção, Saraiva e Irigaray (2011) concluíram que a resistência existe mesmo em quadro desfavorável ao trabalhador, em ambiente de trabalho opressor mascarado por discursos de emancipação e participação.

Além de apresentar esses estudos, é interessante fazer um paralelo entre as duas matrizes citadas e suas possíveis interseções. Enquanto Böhm (2006c), na matriz crítica, tinha uma preocupação com o desenvolvimento da teoria organizacional e acreditava que o mesmo deveria seguir o caminho de uma ligação entre Economia, Estado e Sociedade civil e, portanto, os movimentos sociais se fizeram objetos de pesquisas importantes para esse reposicionamento, na interseção da matriz hermenêutica com a matriz crítica, também existe uma discussão sobre a hegemonia das teorias organizacionais gerencialistas e a busca de formas de resistência no campo.

Costa, Barros e Martins (2010) defendem o uso da perspectiva histórica na administração como forma de deslocar o foco para o local a fim de contribuir para análises críticas sobre ideologias administrativas. Em posição semelhante, Barros e Carrieri (2015) também advogam em favor da perspectiva histórica e buscam na relação entre história e cotidiano o aparecimento de novos olhares para saberes e práticas nos estudos organizacionais. Defendem a singularidade, os esquecidos, o saber descolonizado (Wanderley, 2015) em contraposição à hegemonia anglo-saxã na produção do conhecimento (Barros & Carrieri, 2015). Já Souza, Costa e Pereira (2015, p. 727) argumentam em prol da abertura do campo para vislumbrar como objeto não as organizações, mas o processo organizando, partindo do pressuposto que "objetos, sentidos, significados, "realidades" e "verdades" são socialmente construídos e não existem a priori ou pré-discursivamente".

Esses estudos (Costa, Barros & Martins, 2010; Barros & Carrieri, 2015; Souza, Costa & Pereira, 2015), entre outros, localizam-se na interseção entre a matriz crítica e a hermenêutica, pois possuem características híbridas. Apesar de se preocuparem com questões de poder, a macropolítica não responde a tudo. O interesse por problemáticas cotidianas, por exemplo, se dá em uma perspectiva micropolítica de estudo da resistência. Por isso, pode-se citar outro sistema de produção de conhecimento, denominado abordagem sociológica pós-estruturalista, com suas teorias (ou analíticas), epistemologia e métodos, que abarca temas como gestão ordinária e cotidiano (Carrieri, Perdigoão & Aguiar, 2014; Gouvêa & Ichikawa, 2015; Rodrigues &

Ichikawa, 2015), gênero (Andrade, Macedo & Oliveira, 2014), sexualidades (Carrieri, Souza & Aguiar, 2014; Irigaray & Freitas, 2011; Garcia & Souza, 2010), raça (Nascimento *et al.* 2015; Rosa, 2014), táticas e subversão nos estudos organizacionais, entre outros sistemas híbridos possíveis.

Em perspectivas cujo foco não é macroestrutural, vamos da contra-hegemonia à visão micropolítica da resistência. O cotidiano, estudado por Certeau (1998) na história, também se constitui como objeto de pesquisa na administração, havendo uma busca por se estudar as táticas desenvolvidas no dia-a-dia, também reconhecidas como microrresistências em contraposição às estratégias.

As microrresistências ancoradas em Certeau (1998) estão presentes nos estudos organizacionais por meio de diversos autores (Carrieri, 2004; Carrieri, Souza & Almeida, 2008; Matos, 2011, Carrieri *et al.*, 2012; Gouvêa & Ichikawa, 2015; Rodrigues & Ichikawa, 2015; Oliveira & Cavedon, 2013). Certeau (1998) estuda cultura, mas não se interessando por bens culturais disponíveis no mercado, mas pelo uso, pelo consumo que o homem comum faz desses produtos. A ideia principal é que o consumo não é passivo, pois haveria possibilidades criativas de consumir, inclusive desviando o uso das concepções primeiras. Esses desvios seriam operados por uma prática que configura maneiras de fazer, muitas vezes tida como inércia em relação ao desenvolvimento da produção sócio-cultural, mas em Certeau (1998) sendo seu objeto de estudo, pois ele "sempre discerne um movimento browniano de micro-resistências, as quais fundam por sua vez microliberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima" (Certeau, 1998, p. 18).

Para Certeau (1998), mesmo um silêncio pode significar resistência, uma vez que existe uma liberdade interior não conformista que modifica ou desvia a verdade imposta. Assim, em meio ao que parece obediência e uniformização, é preciso identificar as diferenças, mesmo que se apresentem em nível micro. E argumenta que elas sempre existirão na medida em que existirem relações desiguais de forças. Para este autor, as práticas cotidianas são artes de fazer, pois ao mesmo tempo em que a ordem é exercida, é também burlada. Assim, esse processo de subverter as ordens por dentro, não as rejeitando ou as transformando, encontra-se no "uso que os meios 'populares' fazem das culturas difundidas pelas 'elites' produtoras de linguagem" (Certeau, 1998, p. 95).

Essa maneira de agir foi estudada por Carrieri (2004) nos estudos organizacionais. Táticas de resistência foram estudadas por meio do humor. O objetivo era analisar o humor utilizado em charges nos jornais de um sindicato. Como resultados, o humor é apontado como uma estratégia discursiva de resistência usada no intuito de produzir fissuras no discurso organizacional e posicionar uma visão de mundo de um grupo de atores contrária à dominante, da alta administração e gerência. Além de ser considerado como forma inteligente de fazer oposição pelos atores sociais, o humor permite compreender como o chão-de-fábrica busca subverter as estruturas de dominação organizacional, oferecendo uma válvula de escape, mesmo que temporária, ao controle gerencial. Carrieri (2004) sustenta-se em autores que consideram as organizações como narrativas, conversações e histórias, organizações como produtos de múltiplas vozes, para argumentar que as charges acabam sendo uma "outra" história organizacional, revelando o "lado obscuro" da organização e das práticas gerenciais.

Ao encontro de Carrieri (2004), Furtado, Carrieri e Bretas (2014) e Medeiros e Alcadipani (2016) também estudaram o humor como estratégia de resistência de trabalhadores enquanto Bessi e Grisci (2008) pesquisaram os modos de expressão que a resistência assume nas práticas cotidianas do setor bancário. Essas pesquisas têm em comum a consideração de que a resistência se dá em atos, individuais ou coletivos, não prescritos e que burlam manuais e procedimentos, o que pode ser entendido como táticas. Enquanto a estratégia possui um lugar próprio e esconde sob cálculos objetivos a sua relação com o poder, a tática fica à espreita de oportunidades, para que o fraco tire partido de forças que lhe são estranhas. Algumas características delas são: pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de caçadores,

habilidades de mão-de-obra, achados que provam euforia, entre outras. Práticas cotidianas são semelhantes a táticas, como falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições (Certeau, 1998).

Esse contraste entre práticas e estratégias também vem sendo abordado nos estudos organizacionais. Carrieri, Souza e Almeida (2008), ao fazer a correlação desse duplo (prática-estratégia) com identidades no estudo de uma feira, perceberam que, naquele contexto, a identidade influenciara táticas cotidianas, sendo estas coerentes ou não com as estratégias. Para Carrieri *et al.* (2012)

A passagem de uma para outra [da tática para a estratégia] é percebida neste estudo, principalmente pela institucionalização das táticas na organização que passaram a ser incorporadas por todos ou pela maioria dos membros. Aprimoradas na adequação ao contexto, essas táticas, como ações, passaram a ser transformadoras da gestão das organizações, influenciando-as física e simbolicamente. Uma vez incorporadas, podem ser consideradas, então, estratégias também (Carrieri *et al.*, 2012, p. 201).

Nessas regras formais do agir, podemos citar o relato do próprio Certeau (1998) sobre o perito e o filósofo, aos quais atribui a tarefa de mediadores entre um saber e a sociedade. Na sociedade moderna, o perito e sua especificidade proliferam em substituição ao filósofo que era o especialista do universal. Contudo, Certeau (1998) alega que esse sucesso não é tão espetacular, pois da relação entre lei produtivista e lei social emerge uma contradição dentro do perito. A competência, fator primeiro que teria lhe conferido autoridade, passa a diminuir em favor da própria autoridade que a exigiu. Assim, “não podendo ater-se ao que sabe, o perito se pronuncia em nome do *lugar* que sua especialidade lhe valeu” (Certeau, 1998, p. 67).

Percebemos que tal relação autoridade-saber está presente de forma análoga na academia. Não é raro que pesquisadores de abordagens críticas, pós-estruturalistas e pós-coloniais recebam avaliações negativas de artigos se baseando mais na posição diversa epistemologicamente da qual o revisor científico coaduna do que no desenvolvimento do argumento que reprove o conteúdo. Este seria um dos efeitos da guerra paradigmática que citei no início deste artigo, caracterizando, portanto, a resistência enquanto prática social no âmbito do fazer ciência.

Certeau (1998, p. 105) faz uma ressalva – “o estudo de algumas táticas cotidianas presentes não deve no entanto esquecer o horizonte de onde vêm e, no outro extremo, nem o horizonte para onde poderiam ir” – que demonstra a preocupação com o futuro, dimensão mais criticada do pós-estruturalismo pelos críticos de orientação marxista, como afirma Böhm (2006b). O que defendo aqui, por ora, é essa postura aberta do pesquisador; que antes de procurar se enquadrar, busque tentar compreender o fenômeno o qual está estudando e quais as possibilidades epistemológicas, teóricas e metodológicas que ele traz.

Entendendo as teorias de resistência como discursos em disputa nos estudos organizacionais, percebo que elas são desenvolvidas em um dispositivo (Foucault, 2014b). Foucault (2014b) demarca o dispositivo como um conjunto que inclui em sua heterogeneidade constitutiva

[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2014b, p. 364).

Sobre a natureza dessas relações, Foucault (2014b) argumenta em prol da existência de um jogo no qual as posições e as funções são alteradas. As relações entre todos esses elementos pode se dar de diversas formas, intercambiando práticas discursivas e não discursivas e não fixando funções e posições. Para Foucault (2014b, p. 365), “um primeiro momento essencial é o da predominância de um objetivo estratégico”, pois o dispositivo é uma formação histórica que surge em cada sociedade para responder a certa urgência, configurando o seu caráter de função estratégica dominante. Podemos pontuar aqui o desenvolvimento da temática da resistência na perspectiva funcionalista: nas décadas de 1980/1990, com o objetivo de

informatização e garantia de eficiência, e partir da década de 2000, com o objetivo de atender às crescentes fusões e aquisições que demandaram um conhecimento sobre multiculturalismo. Portanto, esses objetivos não são estanques.

Dessa forma, cada efeito de um dispositivo, seja desejado ou não, seja positivo ou negativo, se liga a outros elementos que precisam se rearranjar. Então, pode-se pensar na existência de um processo contínuo de preenchimento estratégico e de intervenção nas relações de força, pois o dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (Foucault, 2014b, p. 367). No caso da temática da resistência com foco no cotidiano, tal abordagem, ao não se negar o capitalismo, pode se constituir em uma forma de legitimação do mesmo? Talvez. Contudo, o que nos interessa é perceber que as relações estão em permanente movimento não premeditado.

4. Sobre métodos

Dreyfus e Rabinow (2013) sugerem a noção de grade de inteligibilidade como método e o aproximam do que Foucault entende por dispositivo. Para os autores, esta seria uma resposta ao problema de compreender um conjunto de práticas que organizam a realidade sem a necessidade de recorrer nem ao sujeito, seja individual ou coletivo, nem a lei objetivas, nem a um tipo de regra. Porém, escrever um artigo científico na administração sem recorrer aos métodos consagrados, sejam eles qualitativos ou quantitativos, ainda é tarefa para poucos e significa “comprar muitas brigas”. Mesmo que toda a pesquisa se desenvolva de modo genealógico e ensaístico, é difícil explicar que não se usou uma “ferramenta” para análise ou que se buscou não colocar as entrevistas na íntegra em função do contexto social vivenciado pelos pesquisados, pois isso “empobrece” a pesquisa. Questionamos: no novo olhar proposto por Paula (2015) sobre matrizes epistemológicas, incompletude cognitiva e tese de reconstruções epistêmicas, não nos caberia repensar as amarras do método? Se as próprias abordagens sociológicas são construtoras de suas regras e lógicas próprias, por que não seriam construtoras de seus métodos? E, talvez, este construir seu método seja simplesmente reconhecer que muitas teorias e analíticas constituem-se como guias e possuem diretrizes metodológicas e categorias analíticas por si só, sendo, em alguns casos, mais coerentes do que a adoção ferramentais das análises de discursos, de conteúdo, etc.

Aproximando-se nessa direção resistente, Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2014) defendem o uso do dispositivo de Foucault nas pesquisas organizacionais. Para eles, as análises que buscam processos, que procurem compreender como interações sociais e comportamento organizacional são afetados pelo aparecimento de certas disposições ou inclinações sociais são possibilitadas pela análise disposicional e podem sair de abordagens dualistas que lidam com oposições binárias em direção do entendimento de sua inter-relação e também como esses elementos fazem parte de uma mesma correlação. No caso deste ensaio, a oposição binária estaria concentrada na divisão entre perspectiva funcionalista e perspectiva crítica, e outras possibilidades de estudo da temática como o construcionismo social, o pós-estruturalismo e o foco nos micropoderes ou a interdisciplinaridade como o processo de anticonsumo no marketing, podem ser consideradas como interações que afetam as disposições dos elementos. Assim, os críticos que ora brigam entre si em defesa do título de críticos (Alcadipani & Tureta, 2009), ora se unem em discurso e prática em combate ao *mainstream*.

Ao encontro de Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2014), proponho o uso da genealogia de Foucault (2010; 2013b; 2014b) como guia metodológico e de análise. Enquanto os estudos de resistência estão concentrados em perspectiva macro ou micropolítica, a genealogia possibilita que uma não se furte da outra a partir do que proponho: compreender as relações entre saber e poder que constituem os regimes de verdade de um período (Foucault, 2014b) em nível macro, bem como compreender a dinâmica dos dispositivos de poder (Foucault, 2013b) em nível micro por meio de uma história de acontecimentos cotidianos que surgem como rupturas e que auxiliam no intento de fazer uma analítica do poder. As análises das táticas e subversões

podem ser historicizadas com o aporte genealógico, permitindo que visões sobre o passado orientem a interpretação do presente.

Acredito que essa proposição se estende para o repensar o método em pesquisas pós-estruturalistas. Em um trabalho com o arcabouço teórico de Judith Butler, por exemplo, que apresenta uma série de elementos teóricos que podem ser usados como categorias analíticas, por que usar análise de discurso? Às vezes, as escolhas metodológicas parecem seguir mais à regra formal do que oferecem primazia à historicidade do fenômeno. Reconheço, neste momento, a minha proposição como uma prática social de resistência, mesmo sabendo que ela está imersa em dispositivo de poder-saber, a ciência, que a condiciona, a limita, mas não a impossibilita.

5. Considerações Finais

Esperamos que neste artigo possamos ter contribuído para algumas reflexões sobre como a prática social de resistência tem sido teorizada e exercida no âmbito da administração. Nessas considerações finais, gostaríamos de deixar alguns questionamentos, sugerindo que quem o leia faça o seguinte exercício intelectual: podemos falar em UMA prática de resistência? Como percebo os processos de subjetivação que engendram o meu ser? A primazia nas ciências sociais aplicadas deve ser da ética com os participantes da pesquisa e com a compreensão do fenômeno, sabendo-se das limitações e conformações que essa compreensão pode ter ou do método?

Acreditamos que ao debater sobre os embates epistemológicos caracterizando-os no contexto mais amplo no qual se inserem, podemos repensar nossa forma de teorizar, analisar e criar métodos de maneira a quebrar algumas amarras que os dispositivos nos quais estamos inseridos nos colocam. Avaliamos essa reflexividade como elemento validador de pesquisas que se baseiam em histórias, interpretações e discursos, mais do que no estabelecimento de correlações universais entre variáveis. Assim, conseguiremos compreender melhor as relações que envolvem nosso fazer acadêmico de forma mais plural, fora das caixinhas paradigmáticas, na própria busca da compreensão do fenômeno que nos propomos.

Referências Bibliográficas

- Abbade, E. B., Noro, G. B. (2012). Conhecimento, Segurança, Resistência E Utilização De Tecnologias De Auto-Atendimento Bancário. *Rev. Adm. Ufsm*, Santa Maria, 5(3), P.507-524.
- Albertin, A. L., Brauer, M. (2012). Resistência À Educação A Distância Na Educação Corporativa. *Revista De Administração Pública*, Rio De Janeiro, 46(5), P. 1367-1389.
- Alves, J. N., Flaviano, V., Klein, L. L., Löbler, M. L., Pereira, B. A. D. (2016). A Economia Solidária No Centro Das Discussões: Um Trabalho Bibliométrico De Estudos Brasileiros . *Cadernos Ebape.Br*, 14(2), P. 243-257.
- Andrade, L. F. S., Macedo, A. D. S., Oliveira, M. L. S. (2014). A Produção Científica Em Gênero No Brasil: Um Panorama Dos Grupos De Pesquisa De Administração. *revista De Administração Mackenzie*, 15(6), P. 48-75.
- Barcellos, R. M. R., Dellagnelo, E. H. L. (2014). A Teoria Política Do Discurso Como Abordagem Para O Estudo Das Organizações De Resistência: Reflexões Sobre O Caso Do Circuito Fora Do Eixo. *Organizações & Sociedade*, 21(70), P. 405-424
- Barros, A. N., Cruz, R. C., Xavier, W. S., Carrieri, A. P., Lima, G. C. O. (2011). Apropriação Dos Saberes Administrativos: Um Olhar Alternativo Sobre O Desenvolvimento Da Área. *Rev. Adm. Mackenzie*, 12(5), P. 43-67
- Benini, E. A., Benini, E. G. (2010). As Contradições Do Processo De Autogestão No Capitalismo: Funcionalidade, Resistência E Emancipação Pela Economia Solidária. *Organizações & Sociedade*, 17(55) Art. 2, P. 605-619.

- Bessi, V. G., Grisci, C. L. I. (2008). Expressões Da Resistência No Cotidiano Do Trabalho Em Bancos Portugueses. *Rac-Eletrônica*, 2(3), P. 374-391.
- Böhm, S. Positioning Organization: The Hegemony Of Management Knowledge. (2006a). In: Böhm, S. *Repositioning Organization Theory: Impossibilities And Strategies*. Houndmills: Palvagre Macmillan. P. 71-103.
- Böhm, S. Depositioning Organization: The Politics Of Resistance. (2006b). In: Böhm, S. *Repositioning Organization Theory: Impossibilities And Strategies*. Houndmills: Palvagre Macmillan. P. 104-137.
- Böhm, S. Repositioning Organization: Impossibilities Of 'The Movement'. (2006c). In: Böhm, S. *Repositioning Organization Theory: Impossibilities And Strategies*. Houndmills: Palvagre Macmillan. P. 138-176.
- Burrell, G, Morgan, G. (1979). *Sociological Paradigms And Organizational Analysis*. London: Heineman.
- Carrieri, A. P. (2004). O Humor Como Estratégia Discursiva De Resistência: As Charges Do Sinttel/Mg. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 11(30), P. 29-48.
- Carrieri, A. P., Perdigão, D. A., Aguiar, A. R. C. (2014). A Gestão Ordinária Dos Pequenos Negócios: Outro Olhar Sobre A Gestão Em Estudos Organizacionais. **Revista De Administração**, 49(4), P. 698-713.
- Carrieri, A. P., Souza, E. M., Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, Violência E Sexualidade: Estudo De Lésbicas, Travestis E Transexuais. **Revista De Administração Contemporânea**, 18(1), P. 78-95.
- Carrieri, A. P., Souza, M. M. P., Almeida, G. O. (2008). Feirante Ou Barraqueiro? A Construção De Identidades E Estratégias Na Feira Do Jubileu Em Congonhas. *Economia E Gestão*, Belo Horizonte, V. 8, P. 70-87.
- Carrieri, A. P., Murta, I. B. D., Teixeira, J. C., Souza, M. M. P. (2012). Estratégias E Táticas Empreendidas Nas Organizações Familiares Do Mercado De Madureira (Rio De Janeiro). *Revista De Administração Mackenzie*, São Paulo, 13(2), P. 196-226.
- Certeau, M. (1998). *A Invenção Do Cotidiano: Artes De Fazer*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes.
- Coelho, K. S. (2012). *A Resistência À Nova Proposta De Plano Diretor Apresentada Pela Prefeitura Municipal De Florianópolis: Uma Análise Das Práticas Alternativas De Organizar*. 358 F. 2012. (Tese, Doutorado Em Administração) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis.
- Díaz, E. (2012). *A Filosofia De Michel Foucault*. 1 Ed. São Paulo: Editora Unesp.
- Dreyfus, H. L., Rabinow, P. (2013). *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica: Para Além Do Estruturalismo E Da Hermenêutica*. 2. Ed. Rev. Rio De Janeiro: Forense Universitária.
- Fernandes, C. C. C., Jóia, L. A., Andrade, A. (2012). Resistência À Implantação De Sistemas De Folha De Pagamento Na Administração Pública: Um Estudo Multi-Caso. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 19(60), P. 145-164.
- Fetzner, M. A. M., Freitas, H. M. R. (2012). Repensando Questões Sobre Mudança, Afeto E Resistência Na Implementação De Si. *Read*, Porto Alegre, 71(1), P.1-26.
- Foucault, M.(2010). *Estratégia, Poder-Saber*. 2. Ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013b). *Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisão*. 41 Ed. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2014b). *Microfísica Do Poder*. 28. Ed. Rio De Janeiro: Paz E Terra.
- Freire, P. S., Soares, A. P., Nakayama, M. K., Spanhol, F. J. (2010). Processo De Sucessão Em Empresa Familiar: Gestão Do Conhecimento Contornando Resistências Às Mudanças Organizacionais. *Jistem Revista De Gestão Da Tecnologia E Sistemas De Informação*, 7(3), P. 713-736.

- Garcia, A., Souza, E. M. (2010). Sexualidade E Trabalho: Estudo Sobre A Discriminação De Homossexuais Masculinos No Setor Bancário. *revista De Administração Pública*, 44(6), P. 1353-1377.
- Gouvêa, J. B., Ichikawa, E. Y. (2015a). Alienação E Resistência: Um Estudo Sobre O Cotidiano Cooperativo Em Uma Feira De Pequenos Produtores Do Oeste Do Paraná. *gestão & Conexões*, 4(1), P. 68-90.
- Gramsci, A. (1982). *Os Intelectuais E A Organização Da Cultura*. 4. Ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira. 244p.
- Grisci, C., Cigerza, G. C., Hofmeister, P. M. (2006). Tempo, Resistência E Consentimento Na Reestruturação Produtiva Do Trabalho Bancário. *Read. Revista Eletrônica De Administração*, 12(6), P. 622-641.
- Irigaray, H. A. R., Freitas, M. E. (2011). Sexualidade E Organizações: Estudo Sobre Lésbicas No Ambiente De Trabalho. *Organ. Soc.*, Salvador, 18(59), P. 625-641.
- Jacobsen, A. L., Rodrigues, M. M. B. (2002). Abordagens Para Lidar Com A Resistência Humana Frente A Processos De Mudança Organizacional. *Revista De Ciências Da Administração*, 4(7), P. 39-49.
- Kraemer, F., Silveira, T., Rossi, C. A. V. (2012). Evidências Cotidianas De Resistência Ao Consumo Como Práticas Individuais Na Busca Pelo Desenvolvimento Sustentável. *Cadernos Ebape.Br*, 10(3), P. 677-700.
- Macêdo, D. G., Gaete, L., Joia, L. A. (2014). Antecedentes À Resistência A Sistemas Empresariais: A Perspectiva De Gestores Brasileiros. *Revista De Administração Contemporânea*, 18(2), P. 139-160.
- Marques, A. L., Borges, R., Moraes, K., Silva, M. C. (2014). Relações Entre Resistência A Mudança E Comprometimento Organizacional Em Servidores Públicos De Minas Gerais. *Revista De Administração Contemporânea*, 18(2), P. 161-175.
- Matos, E. B. (2011). A Gênese Da Resistência Criativa Nas Idéias De Agência De Certeau E De Habitus De Bourdieu. In: Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração, Xxxv, Rio De Janeiro. *Anais...* Rio De Janeiro: Anpad.
- Misoczky, M. C., Camara, G. D., Cerqueira, P. R., Coto, G. C. (2012). Orientação Sexual, Classes Sociais E Territórios De Resistência: Os Conflitos Em Torno Do Centro Nova Olaria - Porto Alegre. *Gestão E Sociedade*, 6(15), P. 254-279.
- Misoczky, M. C., Flores, R. K., Bohm, S. (2008). A Práxis Da Resistência E A Hegemonia Da Organização. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 15(45), Pp. 181-193.
- Misoczky, M. C., Moraes, J., Flores, R. K. (2009). Gramsci E Paulo Freire: Referências Fundamentais Para Os Atos Da Denúncia E Do Anúncio. *Cadernos Ebape.Br*, Rio De Janeiro, 7(3).
- Moraes, L. L. P., Paula, A. P. P. (2010). Identificação Ou Resistência? Uma Análise Da Constituição Subjetiva Do Policial. *Revista De Administração Contemporânea*, 14(4), P. 633-650.
- Moreira, I. P. C., Acevedo, C. R. (2015). Resistance To Consumption And Veganism: A Study About Motivations, Values, And Feelings. *Revista Gestão & Tecnologia*, 15(2), P. 50-67.
- Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., TEIXEIRA, J. C., Carrieri, A. P. (2015). Com Que Cor Eu Vou Pro Shopping Que Você Me Convidou?. *Rac. Revista De Administração Contemporânea (Online)*, 19, P. 245-268.
- Nascimento, M. C.R. et al . (2016). Práticas De Segregação E Resistência Nas Organizações: Uma Análise Discursiva Sobre Os "ROLEZINHOS" Na Cidade De Belo Horizonte (MG). *ram, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo , 17(1), p. 55-81.
- Oliveira, J. S., Cavedon, N. R. (2013). Micropolíticas Das Práticas Cotidianas: Etnografando Uma

Organização Circense. *rev. Adm. Empres.*, São Paulo, 53(2), p. 156-168.

Oliveira, M. M., Ponchio, M. C., Sacomano Neto, M., Pizzinatto, N. K. (2009). Análise Dos Fatores De Resistência Na Implantação De Sistemas De Informação Na Manufatura De Eletrônicos. *Jistem Revista De Gestão Da Tecnologia E Sistemas De Informação*, 6(3), P. 507-524.

Paiva, D. S., Andrade, J. C. S. (2013). Resistências À Mudança Organizacional: Análise Do Processo De Implantação Do Sistema De Gestão Integrada No Senai-Ba. *Revista De Administração Da Ufsm*, Santa Maria, 6(3), P. 614-631.

Paula, A. P. P.(2015). *Repensando Os Estudos Organizacionais: Para Uma Nova Teoria Do Conhecimento*. São Paulo: Fgv Editora. 279p.

Pinheiro, D. C. (2016). O Estado Da Arte Da Produção Científica Em Economia Solidária. ***administração Pública E Gestão Social***, 8(2), P. 95-103.

Pinheiro, D. C., Paula, A. P. P. (2016). Autogestão E Práticas Organizacionais Transformadoras Contribuições A Partir De Um Caso Empírico. ***desenvolvimento Em Questão***, 14(33), P. 233-266.

Raffnsøe, S., Gudmand-Høyer, M. Thaning, M. S. (2014). Foucault's Dispositive: The Perspicacity Of Dispositive Analytics In Organizational Research. *Organization*, Prelo, P. 1-27. Doi:10.1177/1350508414549885

Rodrigues, F. S., Ichikawa, E. Y. (2015). O Cotidiano De Um Catador De Material Reciclável: A Cidade Sob O Olhar Do Homem Ordinário. ***revista De Gestão Social E Ambiental***, 9(1), P. 97-112.

Rosa, A. R. (2014). Relações Raciais E Estudos Organizacionais No Brasil. *Revista De Administração Contemporânea*, 18(3), P. 240-260.

Saraiva, L. A. S., Irigaray, H. A. R. (2011). Announced Democracy And Denounced Oppression: A Case Of Resistance In The Textile Industry Of Minas Gerais, Brazil. *Revista De Negócios*, 16(1), P. 69-86.

Sena, A. M. C., Matos, F. R. N. (2012). Vozes Sem Eco Entoadas No Nordeste Do Brasil: Construtos De Resistência À Degradação Ambiental. *Cadernos Ebape.Br*, 10(3), P. 769-778.

Souza, E. M., Souza, S. P., Silva, A. R. L. (2013). O Pós-Estruturalismo E Os Estudos Críticos De Gestão: Da Busca Pela Emancipação À Constituição Do Sujeito. *revista De Administração Contemporânea*, Curitiba, 17(2), p. 198-217.

Spicer, A., Böhm, S. (2007). Moving Management: Theorizing Struggles Against The Hegemony Of Management. *Organization Studies*, 28(11),P. 1667-1698.

Silva, C. L. O., Saraiva, L. A. S. (2014). Recuperação E Resistência Na Prisão: Um Estudo Sobre Ressignificações De Culturas E Subjetividades. *Revista Alcance*, 21(1), P. 25-45.

Vieira, M. M. F., Darbilly, L. V. C., Barros, D. F. (2012). O Fenômeno Da Empresarização E A Busca Por Alternativas Na Produção, Comercialização E Distribuição Da Música No Brasil Como Formas De Resistência. *Organizações & Sociedade*, 19(61), P. 333-355.

Wanderley, S. (2015). Estudos Organizacionais, (des)colonialidade E Estudos Da Dependência: As Contribuições Da Cepal. *Cad. Ebape.Br*, 13(2), P.237-255.

1. Mestra em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: paulaffb@gmail.com

2. Dr. Professor Adjunto na Universidade Federal de Minas Gerais

3. É interessante ressaltar que Paula (2015) utiliza como referência as elaborações de Michael Hill e uma delas é que não há limite para o número de sistemas de produção de conhecimento. Portanto, novos caminhos epistemológicos podem ser trilhados.

4. Acompanhem o movimento dos professores e pesquisadores em torno da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, da Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, do Congresso Internacional de Posgrados e investigaciónLatinos em Administración y Estudios Organizacionales, da Revista interdisciplinar de Gestão Social, entre outras redes.

[Índice]

[En caso de encontrar algún error en este website favor enviar email a [webmaster](#)]